

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199, DE 2016, QUE ALTERA O ARTIGO 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998, PARA PREVER A INCLUSÃO, EM QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, DE SERVIDOR PÚBLICO, DE INTEGRANTE DA CARREIRA POLICIAL, CIVIL OU MILITAR, E DE PESSOA QUE HAJA MANTIDO RELAÇÃO OU VINCULO FUNCIONAL, EMPREGATÍCIO, ESTATUTÁRIO OU DE TRABALHO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS EX-TERRITÓRIOS OU DOS ESTADOS DO AMAPÁ OU DE RORAIMA, INCLUSIVE SUAS PREFEITURAS, NA FASE DE INSTALAÇÃO DESSAS UNIDADES FEDERADAS.

REQUERIMENTO Nº 2016
(Do Sr. Roberto Góes)

Requer a realização de audiência pública na Comissão Especial que tem a incumbência de analisar o mérito da PEC 199/2016, que visa alterar a redação do art. 31, da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, para incluir no Quadro em Extinção da União, servidores e pessoas que haja mantido vínculo com os extintos Territórios, de Roraima e do Amapá ou com esses dois estados e seus municípios.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, seja realizada uma audiência pública nesta Comissão, no dia 26 de outubro de 2016, para debater a Proposta de Emenda a Constituição nº 199/2016, que visa a inclusão, em quadro em extinção da União, de servidores civis, militares e empregados, ou de pessoa que haja mantido relação de vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, ou de prefeituras, neles localizadas até outubro de 1993 e ainda, para debater as emendas que serão apresentadas a PEC nesta Casa, referente a demanda dos servidores federais lotados na Secretaria de Planejamento dos estados, sobre os empregados públicos da administração indireta e os servidores da Controladoria do estado do Amapá.

Proponho que sejam convidadas a comparecer as autoridades, representantes Sindicais, de Associações e Servidores abaixo elencados:

Bancada Parlamentar dos Estados do Amapá, Roraima e Rondônia:

Os Excelentíssimos Senadores e Deputados do Amapá, de Roraima e de Rondônia

Representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Dr. Augusto Akira Chiba - Secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público;

Dra. Neleide Abila- Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, Amapá e Roraima.

Pelo Estado do Amapá:

Sua Excelência o Waldez Goes - Governador do estado do Amapá;

Sua Excelência a Sra. Suelem Amoras - Secretária de Administração do Amapá;

Sua Excelência o Sr. Clécio Vilhena - Prefeito da cidade de Macapá

Sua Excelência o Sr. Carlos Michel -Secretário de Administração do Município de Macapá

Representantes dos empregados públicos da CEA-Amapá

Sr. Audrey Regison dos Santos Cardoso- Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amapá

Dr. Antonio Cabral Castro- Advogado do STIUAP

Representante dos servidores federais lotados na SEPLAN

Dra. Raimunda Barral da Luz - SEPLAN/AP

Representante dos servidores da Controladoria do Amapá

Dra. Marivalda Maciel Simões

Representante dos servidores técnico e administrativo do Amapá

Sr. Marco Nunes - Diretor do SINDSEP/AP

Representantes dos policiais civis do estado do Amapá

Sr. Elias Rodrigues - Presidente do SINPOL/AP

Sr. Cleobernaldo Leite - Diretor Jurídico SINPOL/AP

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem o objetivo de convidar as autoridades relacionadas acima, representantes de servidores e militares, bem como a sociedade para debater, a Proposta de Emenda à Constituição-PEC 199/2016, bem como as emendas que serão apresentadas na Comissão Especial.

O debate com a participação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão se mostra da maior relevância, para esclarecer dúvidas, sobre a abrangência dessa proposição, sua regulamentação e execução.

Temas importantes como este necessitam de um amplo debate, a exemplo do prazo destinado ao recebimento dos termos de opção, dos documentos a serem apresentados pelos servidores, militares, empregados e pessoas beneficiárias da PEC 199 de 2016, nos estados do Amapá, Roraima e Rondônia, assim como, a logística necessária para o recebimento e formulação dos processos a serem encaminhados, para análise da Comissão Especial.

A participação da Dra. Neleide Abila se configura da maior importância, pelo conhecimento e a experiência que ela detém, com o processo de transposição da EC 60/2009 e EC 79/2014, que abrangem servidores, militares e empregados de órgãos da administração direta e indireta dos estados e municípios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Na audiência pública, os representantes dos servidores poderão debater os assuntos de interesse de seus filiados e terão a oportunidade de discutir as demandas que serão atendidas com a aprovação da PEC 199 de 2016, que se propõe a solucionar, em definitivo, todas as pendências funcionais dos servidores civis, militares e empregados públicos, dos Estados do Amapá, Roraima e de suas prefeituras municipais admitidos até outubro de 1993.

Estas são as razões, as quais solicito aos meus nobres pares, a apreciação e aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 04 de outubro de 2016

Roberto Góes
Deputado Federal
PDT/AP